

Sarney reafirma que vai manter isenção até o fim

CARLOS CHAGAS

O presidente José Sarney não tomará a iniciativa e nem cederá a apelo para resolver conflitos na Aliança Democrática, no PMDB, no PFL ou em quaisquer outras forças empenhadas em disputar, até 5 de agosto, as indicações de candidato a governador de Estado. Se procurado por postulantes ou seus partidários, como tem sido, não se nega a recebê-los e a conversar, empregando sua experiência política nos raciocínios feitos. Mas, se alguém espera dele ações concretas para convencer fulano ou beltrano a desistir, ou sicrano a insistir — engana-se. O chefe do governo gostaria que a Aliança Democrática continuasse funcionando em todos os Estados, e deixa claro sua satisfação, nos raros onde ela funciona. Jamais, no entanto, admitirá colocar a máquina administrativa federal a serviço deles.

Foi isso, em síntese, o que o deputado Ulysses Guimarães ouviu de Sarney, ontem, depois de conversar longamente por telefone. Justiça se faça, o presidente do PMDB e da Câmara não pediu ajuda nem pretendeu do presidente opções objetivas no sentido de resolver os impasses verificados no partido, como no Rio de Janeiro e em Minas, ou, muito menos, medidas capazes de inflar o balão de certos candidatos peemedebistas, como em São Paulo. A conversa por telefone serviu, muito mais, para que Ulysses informasse o presidente da situação verificada em todo o País. Dos problemas, que são muitos, mas excepcionais, e das perspectivas de vitória, generalizadas na maioria dos Estados. Se a sucessão não vai bem em São Paulo e no Rio de Janeiro, por exemplo, está praticamente decidida em favor do PMDB no Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul. Mesmo em Minas, apesar da indefinição do candidato, o parlamentar paulista não hesita em acentuar que vencerá quem o governador Hélio Garcia indicar. O resultado, para ele, é amplamente positivo, pois os candidatos a governador nesses Estados (e possivelmente em outros) puxarão a fila para a eleição de fortes bancadas parlamentares. A maioria está garantida para o PMDB no futuro Congresso, e, em consequência, na Assembleia Nacional Constituinte. Todos os esforços se farão para fechar o círculo também em São Paulo e no Rio de Janeiro. Neste ca-

so, pela prevalência do bom senso entre as duas facções partidárias em disputa. Naquele, pelo crescimento natural de Orestes Quércia, daqui até novembro.

Superar querelas, unir as correntes em choque, agilizar a campanha e coordenar a vitória é papel de Ulysses Guimarães, do qual jamais abriria mão. Sarney e ele concordaram em gênero, número e grau haver passado o tempo das intervenções do Palácio do Planalto na vida política dos Estados. É claro que o presidente terá preferências pessoais, inclinações partidárias e atenção voltada para o processo eleitoral. Não seria presidente da Nova República caso sua postura fosse diferente, como a dos generais-presidentes que tudo resolviam autoritariamente e impositivamente. Mas atuar, orientar os candidatos, elaborar estratégias e comandar o processo no âmbito do partido é tarefa específica de Ulysses.

Da conversa de ontem fluiu o otimismo, apesar das dificuldades óbvias que o partido enfrenta. O PMDB fará a maioria absoluta dos governadores, tem chances em São Paulo e no Rio de Janeiro, mais até em Minas Gerais, dependendo do desenrolar dos acontecimentos. Acima de tudo, o PMDB será a força dominante nos trabalhos de elaboração da nova Constituição. O presidente da Repú-

blica é do partido, fez seguidas profissões de fé em seu favor, como ainda em março, ao reconhecer o seu "caminho de Damasco" diante dos convencionais que o aplaudiram demoradamente. Não haverá que personalizar nem fulanizar esses resultados, mas colhê-los no 15 de novembro e utilizá-los a partir de fevereiro, com a instalação da Assembleia Nacional Constituinte.

Outro tema do diálogo entre Ulysses e Sarney disse respeito a recente decisão do Tribunal Superior Eleitoral, que restringiu o número de candidatos a ser lançado pelos partidos políticos, mesmo em coligação. A decisão é considerada draconiana e autoritária pelo presidente do PMDB, e, com base nesse entendimento, há um recurso correndo na mais alta corte de justiça eleitoral do País. Se a proposta fundamental da Nova República é de ampliar os espaços para o debate político, não há como entender a restrição. O presidente não irá opinar publicamente a respeito, parece óbvio. Muito menos agirá no sentido de influenciar a revisão da matéria, preservando a independência e a autonomia dos poderes. Mas sempre existirão fórmulas e mecanismos capazes de esclarecer os ministros do TSE, através de líderes e de ministros empenhados na luta política.

Ulysses faz apelo ao TSE

O presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, saiu animado, ontem, da conversa mantida com alguns ministros do TSE sobre o número de candidatos máximos que cada partido pode apresentar em coligações. Segundo Ulysses, o "Tribunal saberá, de forma nobre, rever essa decisão prejudicial aos partidos e às coligações". O TSE deve reunir-se na terça-feira para examinar o requerimento do PMDB pedindo a revisão da instrução que regulamentou as coligações partidárias.

Para o deputado, a instrução do TSE invalida a lei eleitoral aprovada pelo Congresso e prejudica o PMDB e as coligações. Mas, como acredita na possibilidade de o Tribunal rever a matéria, Ulysses está aconselhando o partido a retardar suas convenções. Sua expectativa é de que o PMDB possa apresentar o mesmo número de candidatos previsto para o total das coligações. Segundo a instrução do TSE, mesmo coligado, cada partido tem direito a indicar o mesmo número

de candidatos que lançaria sozinho.

Ulysses teria ontem um encontro com o presidente José Sarney, que acabou sendo adiado para hoje. O presidente do PMDB deverá fazer um balanço sobre a situação do PMDB no Rio de Janeiro. Ontem, ele conversou com o deputado Jorge Leite pelo telefone, mas reconheceu que o partido no Estado enfrenta os problemas mais difíceis do País. Com relação à sucessão paulista, porém, o deputado mostrou-se mais confiante. "A legenda está se aquecendo e o candidato, Orestes Quércia, se esforçando", afirmou. Para ele, a soma dos dois desempenhos dará a vitória do PMDB em São Paulo.

O deputado preferiu não comentar as declarações do presidente do PT, Luiz Ignácio da Silva, de que o governo estaria pretendendo jogar a legenda na clandestinidade. Elogiou os esforços do presidente Sarney em favor da democracia e disse que a candidatura do ex-prefeito Mário Covas ao Senado será mantida.